

Quadro Negro

INFORMATIVO DO
SINDICATO DOS PROFESSORES
NO DISTRITO FEDERAL
Nº 213 - OUTUBRO | 2026
www.sinprodf.org.br



UMA ESCOLHA CONSCIENTE

No embate entre dois projetos opostos, tanto no DF quanto no país, é preciso ter a responsabilidade de assumir um lado: o da educação pública e dos direitos dos trabalhadores.

DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO-DF | GESTÃO 2025-2028

Administração e Patrimônio

Cleber Soares (coordenador)
Sandra Reis
Vitor Húngaro

Assuntos Culturais

Levi Porto (coordenador)
Alberto Ribeiro
Fatima de Almeida

Assuntos de Raça e Sexualidade

João Macedo (coordenador)
Joana Darc
Robson Câmara

Assuntos de Saúde do Trabalhador

Elbia Pires (coordenadora)
Esequiel Mesquita
Rodrigo Teixeira

Assuntos dos Aposentados

Elaineide Rodrigues (coordenadora)
Consuelita Oliveira
Izabela Cintra

Assuntos e Políticas

para Mulheres Educadoras
Berenice Darc (coordenadora)
Regina Célia Pinheiro
Silvana Fernandes

Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Socioeconômicos

Dimas Rocha (coordenador)
Lucia Brandão
Mônica Schimidt

Expediente

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Ana Bonina (coordenadora),
Leilane Costa e Samuel Fernandes

Edição

Alessandra Terribili

Jornalistas

Alessandra Terribili, Carla Lisboa, Leandro Gomes
Letícia Sallorenzo, Luis Ricardo Machado
e Lucas Bilac (estagiário)

Projeto gráfico, diagramação e capa

Eduardo G. Antero, Gabriel Suaid

Fotos

Reprodução / Internet

Colaboradores

Luiz Cláudio Tavares

Fechamento

6 de outubro de 2026

Tiragem

50.000 exemplares

Finanças

Marcia Gilda (coordenadora)
Márcia Abreu
Ricardo Gama

Formação Sindical

Thaísa Magalhães (coordenadora)
Hamilton Caiana
Vanilce Diniz

Imprensa e Divulgação

Ana Bonina (coordenadora)
Leilane Costa
Samuel Fernandes

Organização e Informática

Solange Buosi (coordenadora)
Júlio Barros
Ritinha Olly

Política Educacional

Letícia Montandon (coordenadora)
Carlos Maciel
Herbert Anjos

Políticas Sociais

Fernando Augusto (coordenador)
Caio Romão
Jean Carmo

4

Lula, Bolsonaro
e a Educação brasileira

6

Eleição no DF definirá próximos
capítulos da educação na
capital federal

8

Escândalo Master: a conta
da crise não pode ser jogada
sobre o povo do DF

EDITORIAL

Não é hora de titubear

O resultado que emergiu das urnas no primeiro turno das eleições gerais traz sinais de alerta, mas o caminho permanece aberto para que, no segundo turno, a população defina com consciência para onde pretende caminhar.

Em âmbito nacional e distrital, reproduz-se uma oposição de projetos que não é escamoteada por nenhum dos lados. Em temas de suma importância como investimento na escola pública, combate à violência contra as mulheres, trabalho decente, responsabilidade com o patrimônio público, relação com sistema financeiro e garantia da democracia, Celina Leão e Flávio Bolsonaro estão de um lado, Leandro Grass e Lula estão de outro.

A extrema direita, representada hoje por Flávio, como foi, anteriormente, por seu pai, não se arrependeu do negacionismo que custou a vida de mais de 700 mil brasileiros na pandemia da Covid 19. Além de negar a ciência, manifestam recorrentes vezes seu desprezo pela educação e pela cultura, com um vasto portfólio que pode ser conferido nas páginas 4 e 5, onde o Sinpro expõe as profundas diferenças entre a visão de Lula e de Flávio Bolsonaro para a Educação.

Flávio tenta desesperadamente conquistar o voto feminino, mas foi Bolsonaro quem extinguiu o Ministério das Mulheres, acabando com as políticas que o órgão encaminhava. É a extrema direita dirigida pelos Bolsonaro que representa o maior obstáculo para a aprovação do PL da Misoginia, que criminaliza discursos de ódio contra as mulheres. São eles, também, que atuam para impedir que a escola debata a aversão às mulheres, a cultura do estupro, o machismo nas relações cotidianas: domésticas e sociais.

Está no plano de governo, nas declarações e na história política de Flávio Bolsonaro – que tem 45 anos e é político profissional desde os 21 –, seu posicionamento explícito pela flexibilização das leis trabalhistas, sendo contra, inclusive, projetos de ordem civilizatória, como o fim da escala 6x1.

Seguindo a cartilha dos Bolsonaro, Celina Leão não apresenta outro projeto se não a continuidade do que foi o desastroso governo Ibaneis, do qual ela participou ativamente como vice-governadora - embora, agora, apele para a conveniente e falsa narrativa de que não estava ali. Política experiente, Celina faz de conta que não viu a fraude do Banco Master acontecer debaixo do seu nariz, e opta por propor uma política de sucateamento de serviços públicos - educação inclusa - e de arrocho salarial para convencer o Fundo Garantidor de Crédito a lhe conceder um empréstimo para salvar o banco que o governo dela quebrou.

Na Educação, Celina não é mistério nenhum: é o atropelo da gestão democrática e da autonomia das escolas, é o incentivo à perseguição de professores, é a desvalorização da carreira e continuidade da política de contratação temporária para vagas efetivas, precarizando direitos - contra o que foi necessário realizar duas greves, em 2023 e 2025. Nada disso é especulação: é a amostra que a governadora tem dado abertamente nas suas ações.

Por tudo isso, a diretoria colegiada do Sinpro opta por apoiar as candidaturas de Lula e Leandro, que apresentam projetos democráticos de Educação, com compromisso com a diversidade e as nossas reivindicações, e diálogo aberto com a categoria.

É pela ampliação do acesso à educação, pela valorização da carreira Magistério, em defesa da gestão democrática, da Educação Especial Inclusiva, da EJA, da saúde dos trabalhadores. É pelo fortalecimento da escola pública e pelo futuro de nossos estudantes, de nossos filhos e netos. É pela democracia – que proporciona que debates públicos como este aconteçam livremente, para que possamos nos posicionar e escolher o que é melhor para nós.

Lula, Bolsonaro e a Educação brasileira

Veja a comparação entre os planos de governo dos dois candidatos



Os programas de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), ficam nítidas visões de mundo e valores éticos e morais bem diferentes. O programa de governo do petista tem 84 páginas, com um capítulo especial para a educação. O de Bolsonaro conta com 76 páginas, sem um capítulo dirigido ao tema.

De um lado, a educação é entendida como um valor coletivo, que leva à redução de desigualdade e a um país soberano; de outro, a educação percebida apenas na dimensão individual, como uma ferramenta para as pessoas conseguirem trabalhar para os outros. O programa de Lula diz: “A educação constitui o principal instrumento de transformação social, mobilidade social intergeracional e de construção de um projeto nacional de desenvolvimento democrático, soberano, sustentável e inclusivo”; enquanto o de Flávio Bolsonaro infere que uma vida melhor só pode ser obtida mediante sacrifícios pessoais: “o pacto silencioso de todo pai e toda mãe que acordam cedo, trabalham muito e economizam no próprio prato para que o filho estude e vá mais longe”.

No plano de governo de Lula, a educação pública é a provedora desde a creche até a pós-graduação. Por isso, prevê a educação em tempo integral sustentada pelo Fundeb, e a construção de outros 111 institutos federais. Já Flávio Bolsonaro, cuja tesoura, símbolo de sua campanha, se inspira na motosserra do argentino Javier Milei, permite que entidades privadas tratem a educação como fonte de lucro, e entende que “voucher” resolve o déficit de vagas em creches. A realidade do DF, com carência de cerca de 4.500 vagas em creches, desmente o senador.

Iniciativa privada, inclusive, é o norte do senador no que diz respeito a ensino superior: enquanto Lula planeja a construção de novos campi universitários, 13 novos hospitais universitários e um novo ciclo de expansão da universidade pública para o interior do país; Bolsonaro trata o ensino superior como um braço de ciência e tecnologia, com pós-graduações sustentadas por empresas. Expansão de universidade pública? Não há menção no plano de Flávio Bolsonaro.

Para além de ignorar o piso nacional e o incentivo à carreira do magistério, o plano de governo de Flávio Bolsonaro contempla as ideias da Lei da Mordança, que culmina com censura de conteúdos e perseguição de professores. Já Lula planeja incentivos para levar docentes aonde há falta desses profissionais, além de oferecer bolsas para quem cursa licenciaturas.

Como foi o governo de Jair Bolsonaro na Educação?

Como Flávio segue à risca o legado do pai, é importante resgatar a gestão de Jair Bolsonaro na Educação.

O Ministério da Educação, entre 2019 e 2022, foi marcado pela alta rotatividade de ministros: 5 em quatro anos. Nesse período, o governo extinguiu a Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), ameaçou de censura livros didáticos e até o Enem, combateu o debate de gênero nas escolas e fortaleceu a perseguição a professores, seguindo as concepções da Lei da Mordança.

Durante a pandemia de Covid-19, Bolsonaro vetou o Projeto de Lei que destinava R\$ 3,5 bilhões para garantir acesso à internet a alunos e professores da rede pública de ensino. O Congresso Nacional derrubou o veto.

Bolsonaro também entrou em conflitos com as universidades federais. Foram bloqueios e contingenciamentos de verbas, quebra reiterada da tradição de nomear o primeiro colocado da lista tríplice para reitor, além das recorrentes tentativas de desqualificar as instituições, com a utilização de termos como “balbúrdia” e “ninho de ratos”. Vale lembrar que as universidades públicas, no Brasil, respondem por 90% da produção científica nacional.

Além de tudo isso, houve o escândalo do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que revelou um esquema informal de tráfico de influência e corrupção no qual pastores evangélicos sem cargo oficial atuavam como intermediários diretos na liberação de verbas federais para prefeituras, controlando agendas do Ministério da Educação e cobrando vantagens indevidas.

Expressões que aparecem no programa de Lula e não aparecem no programa de Flávio Bolsonaro

Plano Nacional de Educação, Fundeb, construção de creche, qualificação de professores, piso nacional do magistério, Institutos Federais, interiorização da educação superior pública, Universidade Indígena, Universidade do Esporte, hospitais universitários.

Expressões que aparecem no programa de Flávio Bolsonaro e não aparecem no programa de Lula

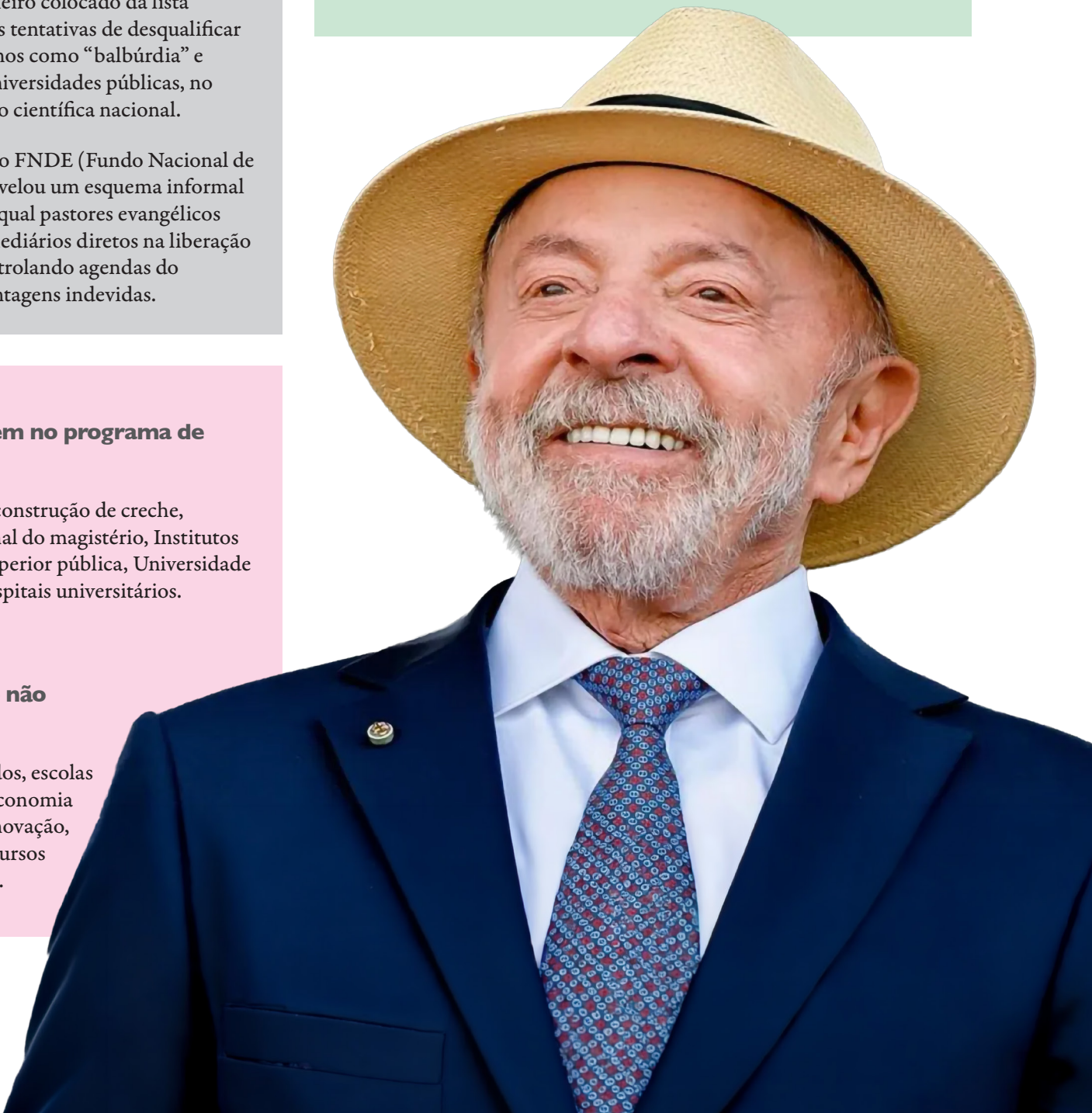
Método fônico, orçamento por resultados, escolas cívico-militares, competências para a economia digital, voucher educacional, foco na inovação, pós-graduação voltada ao mercado, recursos em troca de formação dos profissionais.

Como foi o governo de Lula na Educação?

Os dois primeiros governos Lula (2003 a 2010) foram marcados por políticas de valorização e de ampliação do acesso, com aumento expressivo do orçamento da educação. Na Educação Básica, foram criados o Fundeb e o Piso Salarial Nacional do Magistério.

O governo promoveu uma expansão sem precedentes do ensino técnico e superior no interior dos estados, com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foi nesse período, também, que as cotas raciais nas universidades foram instituídas, bem como foram criados o Prouni e o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). O Fies e o Enem foram reformulados e fortalecidos.

No terceiro Governo Lula, o foco voltou-se para a recomposição orçamentária, após as crises dos anos anteriores, recomposição de aprendizagem pós-pandemia, e o enfrentamento da evasão escolar, com os programas Pé de Meia, Escola em Tempo Integral e Mais Professores.



Eleição no DF definirá próximos capítulos da educação na capital federal

Celina Leão e Leandro Grass representam projetos opostos

No segundo turno no DF, a atual governadora, Celina Leão (Progressistas), enfrenta o candidato do PT, Leandro Grass.

De um lado, Celina tenta se desvincular do ex-governador Ibaneis Rocha – apesar de ter sido sua vice-governadora; de ter como vice o homem forte do governo Ibaneis, Gustavo Rocha (Republicanos); e de manter em seu plano de governo diretrizes e propostas presentes nos últimos oito anos de GDF. De outro, Leandro é da oposição a esse governo, e destaca sua experiência como presidente do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e deputado distrital.

Educação

Celina representa um governo cujo única proposta para a Educação foi a militarização de escolas públicas. A recente escolha de Thiago Peixoto como secretário aponta com nitidez para um projeto de meritocracia, autoritarismo e desvalorização do Magistério.

Leandro Grass, em contraposição, pretende retomar os Batalhões Escolares, promovendo a segurança em rede, em vez de concentrá-la em poucas escolas. Ele também pretende priorizar a construção de escolas de ensino integral a médio e longo prazo, para garantir a estrutura adequada para o seu funcionamento.



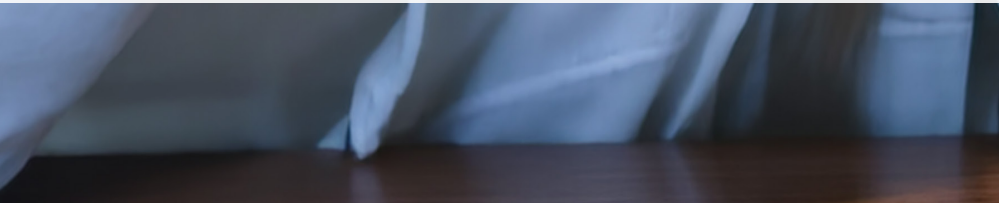
O candidato do PT também afirma seu compromisso de melhorar a remuneração dos profissionais da educação por meio da meta 17 do PDE, e de incorporar atividades artísticas, científicas e tecnológicas nas escolas de tempo integral, tendo a alfabetização tecnológica como base do ensino.

Já Celina Leão destaca em sua campanha programas de auxílio social do governo Ibaneis, defendendo que eles sejam articulados com programas de qualificação profissional como o DF Qualifica.

A sombra do escândalo do BRB

A dimensão da crise do BRB é imensa. A Polícia Federal estima que as perdas do banco podem chegar a 17 bilhões de reais, o Banco Central avalia em cerca de 11,4 bilhões, e o próprio BRB admite perdas diretas de 8,8 bilhões. A autorização para as transações que colocaram o BRB nessa situação veio do GDF de Ibaneis e Celina, e também da base governista na Câmara Legislativa.

Após a explosão do escândalo, Celina tentou empurrar a responsabilidade para o Governo Federal. A maior estratégia da



governadora é articular uma operação de crédito de R\$ 6,6 bilhões, com profundo impacto sobre os servidores e a população do DF: se o empréstimo sair, serão anos de arrocho salarial, suspensão de concursos públicos e de investimentos.

Leandro Grass exige a divulgação do balanço patrimonial e dos relatórios de auditoria do banco, para que a sociedade conheça a dimensão das perdas e seja possível a responsabilização dos culpados. Leandro afirma que não vai transferir os custos da crise para a população, e que vai reposicionar o BRB para servir pequenas empresas e trabalhadores.

A narrativa do cancelamento da festa

O “feito” mais mencionado na campanha de Celina é o cancelamento, em seu primeiro dia no cargo, da celebração dos 66 anos de Brasília, redirecionando 25 milhões de reais para a Secretaria de Saúde. A versão oficial é “escassez de recursos”, sendo necessário “priorizar a garantia dos serviços públicos básicos”.

Essa narrativa não resiste a um exame minucioso. Segundo o governo, Celina usou esse dinheiro para a contratação emergencial de 130 médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade. No entanto, a relação contábil entre a contratação de 130 médicos e os 25 milhões de reais nunca foi devidamente explicada.

É importante lembrar também que, por conta do rombo no BRB, a saúde perdeu R\$ 1,1 bilhão na Lei Orçamentária Anual em relação ao que estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – valor que representa 44 vezes o que foi “economizado” com o cancelamento da festa.

Além disso, o jornal Brasil de Fato apurou, após denúncia de Leandro Grass, que R\$ 120 milhões foram transferidos do Fundo de Saúde para o BRB. Conforme o Ofício nº 259/2026, emitido pela Secretaria de Saúde, R\$ 120 milhões foram movimentados, em 21 de setembro, da conta do Fundo de Saúde no Banco do Brasil para o BRB. No mesmo dia, o banco registrou a aplicação dos R\$ 120 milhões em Certificado de Depósito Bancário (CDB). Em outro ofício, o diretor executivo do Fundo de Saúde confirma a aplicação financeira no BRB até a segunda-feira pós-eleições (dia 5). Essa operação mostra os impactos que a crise do banco Master causa e pode continuar causando sobre a população do DF – enquanto a saúde enfrenta o caos de que todos têm conhecimento.

Leandro Grass, por sua vez, pretende revogar o atual modelo de gestão do Iges-DF (Instituto de Gestão de Saúde do Distrito Federal), devolvendo diretamente à Secretaria de Saúde a administração dos hospitais e unidades de pronto atendimento. Sua principal meta quantitativa é realizar consultas especializadas e exames em até 30 dias, por meio de contratos com a capacidade ociosa de hospitais privados e filantrópicos.



A escolha dos eleitores e eleitoras

À medida que a campanha avança, o eleitorado do DF enfrenta uma escolha nítida: continuidade ou mudança.

Para a Educação, não é uma escolha difícil. De um lado, um governo que apresentou profundo descaso com a categoria, muitas vezes se recusando a recebê-la; que não construiu escolas e superlotou salas de aula; que fez cair a nota do DF no Ideb; que acumulou prejuízos para o Magistério público com a desvalorização dos salários; e, atualmente, que empurra goela abaixo um programa que desrespeita a gestão democrática e a autonomia das escolas com vistas a melhorar os índices do Ideb de forma artificial. De outro, um candidato que se propõe a construir conjuntamente com as comunidades escolares, que se compromete com a valorização e reestruturação da carreira e com o fortalecimento da escola pública.

A bola, agora, está com a gente.



Luta do Sinpro garante a nomeação de mais de 10 mil

Ainda há aprovados do concurso de 2022; luta por convocação continua

A luta organizada pelo Sinpro garantiu a nomeação de mais de 10 mil aprovados e aprovadas no concurso de 2022. O número final será ainda maior, pois não estão contabilizadas nesse número as vagas tornadas sem efeito – mas já estão incluídas as 2.681 pessoas que tomaram posse no último dia 30 de setembro.

Assim, quase todas as pessoas aprovadas naquele certame foram convocadas. Como o concurso segue válido até julho de 2027, o Sinpro vai continuar a luta pelo zeramento absoluto de todas as vagas: ainda há aprovações em Orientação Educacional, áreas técnicas e Letras-Libras.

Foram muitas as ações para que essa vitória acontecesse: duas greves no meio do caminho; faixação nas escolas, outdoors por todo o DF, articulação junto a parlamentares na CLDF, visita ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. Somado a tudo isso, o Sinpro lutou muito para incluir as nomeações no orçamento do DF e manteve-se firme nas mesas de negociação.

Diante de um governo que demonstra pouca disposição para o diálogo, a vitória é mesmo maiúscula. O resultado da luta é a chegada de novos profissionais para o Magistério público do DF. Sejam bem-vindas e bem-vindos e sigamos juntos com a defesa da Educação pública!

Escândalo Master: a conta da crise não pode ser jogada sobre o povo do DF

Novas revelações ampliam a crise do BRB

A crise do Banco de Brasília (BRB), provocada pela fraude do Banco Master, ganhou novas dimensões após a quebra de sigilo, em setembro deste ano, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Na última semana de setembro, o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou o bloqueio de até R\$ 2,7 bilhões em bens e contas de cinco ex-dirigentes do BRB. A PF classificou procedimentos da diretoria do BRB como “gestão fraudulenta”, e apontou “prática de corrupção explícita” atribuída ao ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, indicado por Ibaneis.

As novas revelações e o contexto político também indicam que a solução apresentada pelo governo Celina para salvar o BRB é a continuidade da fraude. A governadora articula uma operação de crédito de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), oferecendo como garantias recursos financeiros e o patrimônio público do DF. A medida restringe novos concursos, prevê arrocho salarial e redução de investimentos.

A proposta de Celina foi aprovada pela Câmara Legislativa (CLDF) em votação apertada, a toque de caixa e sem ampliar as discussões; mas o impasse permanece nas audiências entre representantes do GDF, da União, do BRB e do FGC.

Vale lembrar que a fraude compromete também a aposentadoria dos servidores públicos do DF, porque R\$ 531 milhões do patrimônio do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) estão aplicados em ações do BRB.

O caso Master coloca em debate o papel dos bancos públicos, a necessidade de fiscalização e responsabilização de agentes do sistema financeiro e, sobretudo, a necessidade de eleger governantes comprometidos com a proteção do patrimônio público, da previdência, do orçamento destinado às políticas sociais e aos serviços prestados à população.

